

## **Empreendimentos de economia solidária da cidade de Corumbá/MS e suas relações com o grupo de pescadores artesanais urbanos, com vistas ao desenvolvimento local**

### ***Undertakings of solidary economy of the city of Corumbá/MS and his relations with the group of craft urbane fishermen, with sights to the local development***

**Milton Augusto Pasquotto Mariani<sup>1</sup>**

**Dyego de Oliveira Arruda<sup>2</sup>**

#### **Resumo**

*A cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, dadas as suas especificidades territoriais e culturais, apresenta uma gama de empreendimentos de economia solidária já consolidados com grupos sociais os mais distintos possíveis. Não obstante, ante o fato de o contingente de pescadores profissionais artesanais da localidade ser relevante e demandar recursos que lhe permitam subsistir com dignidade, procurou-se analisar e correlacionar algumas ações dos projetos de economia solidária com os anseios desses indivíduos, de modo que se tencionasse impulsionar iniciativas de desenvolvimento local em escala humana. Nesse viés, procedeu-se a uma pesquisa exploratória e descritiva, com a realização de observações participantes e entrevistas filmadas com os principais atores para a elucidação do tema em voga. Concluiu-se, pois, que são urgentes iniciativas que visem a organizar os pescadores artesanais, especialmente no que tange à geração de renda para esses indivíduos em períodos de piracema, uma vez que são numerosas as parcerias que podem estabelecer com os projetos já consolidados, com vistas ao desenvolvimento local e consequente protagonismo da comunidade.*

**Palavras-chave:** desenvolvimento local, pescadores profissionais artesanais, economia solidárias Corumbá/MS

#### **Abstract**

*The city of Corumbá, in the Mato Grosso do Sul, given his territorial and cultural characteristics, presents a variety of undertakings of solidarity economy already consolidated with social groups as different as possible. Nevertheless, face to the fact of the contingent of craft professional fishermen of the town of being relevant and of demanding resources that allow to them to exist with dignity, tried to analyse and to correlate some actions of the projects of solidarity economy of the longings of these individuals, so that it was intended to drive initiatives of local development; in human scale. In this slant, one proceeded to an explore inquiry and descriptive, with the realization of observations participants and interviews filmed with the principals actors for the elucidation of the subject in rowing. It was ended, so, that are urgent initiatives that aim to organize the craft fishermen, as soon as there are numerous the partnerships what they can establish with the already consolidated projects, with sights to the local development and consequent development of the community.*

<sup>1</sup> Geógrafo. Mestre em História Social pela PUC/SP. Doutor em Geografia Humana pela USP. Professor dos cursos de Ciências Econômicas e Administração; e dos Programas de Mestrado em Agronegócios e Administração, do Departamento de Economia e Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – DEA/UFMS. E-mail: miltmari@terra.com.br

<sup>2</sup> Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Bolsista do CNPq no período de janeiro/2009 a agosto/2009, em projeto de pesquisa acerca da atividade turística. E-mail: dyego.arruda@gmail.com

**Key words:** local development, craft professional fishermen, solidarity economy, Corumbá/MS

## 1. Introdução

A necessidade de as comunidades passarem a interferir em seu próprio crescimento, em busca de maior dinamismo nas atividades econômicas locais e a lutar por uma melhor distribuição de riqueza e renda impôs-se, sobretudo, desde que os efeitos da globalização se fizeram sentir. O aumento do desemprego, a carência de políticas sociais, a deterioração da qualidade de vida, a degradação ambiental atingiram também o centro-oeste brasileiro. Durante muitas décadas, o atual modelo de desenvolvimento baseou-se em intervenções macroeconômicas, as quais negligenciaram as especificidades locais. Regiões inteiras, muitas delas longe dos centros urbanos mais dinâmicos, não se beneficiaram desse "desenvolvimento".

Falharam, em certa medida, a política federal e as estaduais. Contudo, surgiram experiências inovadoras no âmbito local. Algumas comunidades do litoral cearense, por exemplo, demonstram, assim como outras comunidades interioranas no restante do País, como o lugar pode assumir a luta por seu próprio desenvolvimento, mesmo em condições precárias de modernização.

Para se entender o significado de "local" no contexto de desenvolvimento local explanado neste trabalho, optou-se pela definição dada por Lopez *apud* Ávila (2000) ao referir-se como sendo um espaço, uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem a sua vida cotidiana: habitam, relacionam-se, trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

Diante das crises, no que tange à efetiva implementação de políticas públicas, o desenvolvimento local não é responsabilidade só dos governos, pois depende também da criatividade dos habitantes do lugar. Ademais, há que se ressaltar a iniciativa dos indivíduos de se organizarem em prol da observância de seus anseios, como a geração de emprego, renda e demais melhorias sociais advindas das questões supracitadas.

Nesse sentido, surgem os empreendimentos de economia solidária, que, na definição de Souza (2008, p. 35),

*[...] compreendem uma diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo.*

A economia solidária, nesse viés, retoma, pois, a unicidade do processo produtivo, em que os indivíduos, organizados, seriam os proprietários dos meios de produção dos quais lançam mão para a efetivação do trabalho e promoveriam a "socialização" desses meios, com base no trabalho cooperado, o que culminaria em uma síntese entre modos arcaicos de produção (anteriores à Revolução Industrial), em que os indivíduos estavam intensamente

atrelados ao território e aos demais fatores de produção existentes, e o sistema capitalista em seu estágio atual de evolução.

Logo, tomando-se como base a definição de Raffestin (1993), segundo a qual o território é um lugar político, delimitado pelas relações de poder, e levando-se em consideração as contribuições de Santos (1998) à definição de território, a constituição de empreendimentos de economia solidária são *territorialidades* do local, ou seja, são entraves à hegemonia do capitalismo em sua forma monopolizadora e exploradora dos indivíduos desprovidos de capital. Dessa feita, iniciativas de desenvolvimento local têm como base o protagonismo da localidade; assim, os indivíduos devem identificar-se com o local onde residem e criar mecanismos que lhes possibilitem atender a seus anseios.

No que tange a Corumbá, que compreende o *locus* de análise deste artigo, faz-se necessário citar que é uma das principais cidades do estado de Mato Grosso do Sul, situada no extremo oeste, à margem do rio Paraguai, com territórios limítrofes com o Paraguai e a Bolívia. É a mais importante cidade do pantanal sul-mato-grossense, razão pela qual é comumente chamada de “capital do pantanal”, uma vez que engloba cerca de 60% desse ecossistema situado no Brasil.

Em virtude da confluência e inter-relação de povos de três países distintos, Corumbá apresenta vasta cultura, com características as mais variadas possíveis, que vão desde a culinária, vestimentas, até o patrimônio histórico e arquitetônico da cidade. Economicamente, tem como principais recursos a pecuária, o turismo em suas mais amplas especificidades (como o turismo de pesca e de contemplação) e os recursos minerais da região, que é rica em manganês e calcário.

Ante os recursos naturais da localidade, com vastos rios piscosos, boa parte dos indivíduos que ali residem viram na pesca artesanal uma forma de subsistência. Dessa forma, há expressivo contingente de pescadores artesanais na cidade de Corumbá, que ainda sobrevive da pesca e deixa transparecer, na efetivação da atividade, múltiplas expressões culturais.

Por *pesca artesanal* entende-se a pesca realizada de acordo com os moldes da pequena produção mercantil, com o emprego de tecnologias com baixo poder de predação, feita por trabalhadores autônomos, com o emprego de mão de obra familiar ou do grupo de vizinhança e cuja produção destina-se ao mercado. Em virtude do baixo valor agregado do pescado *in natura*, a renda advinda dessa modalidade de pesca é extremamente baixa, razão pela qual os pescadores anseiam por alternativas que visem a incrementar seus ganhos.

Nessa direção, tomando-se como base as questões supracitadas, este trabalho, com o incentivo da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul — FUNDECT/MS — tem por objetivos: i) analisar a relação das atividades de alguns empreendimentos de economia solidária da cidade de Corumbá com o grupo de pescadores artesanais da localidade; ii) verificar as possibilidades de organização e incremento da renda dos pescadores artesanais, fato este que constitui uma das principais demandas desses indivíduos, tomando-se como base o arcabouço teórico do conceito de economia solidária; iii) buscar alternativas que visem à geração de renda para os pescadores artesanais, mediante o estabelecimento de parcerias com os projetos já em vigor, de modo que se tencione estimular o desenvolvimento da

localidade. Eis o problema que norteou a pesquisa: Como propor iniciativas de geração de renda para os pescadores profissionais artesanais, tomando-se como base as ações desenvolvidas pelos empreendimentos de economia solidária já postos em execução em Corumbá?

Isso posto e delineado, apresentam-se a seguir os procedimentos metodológicos para a efetivação da pesquisa, com a devida explanação do tipo e dos meios de pesquisa utilizados.

Não obstante, há a efetivação das discussões dos resultados obtidos com a pesquisa, momento este em que há breve aprofundamento no arcabouço teórico do conceito de economia solidária e das condições para a efetivação de desenvolvimento com base local, com a consequente explanação de dados acerca do grupo de pescadores artesanais da cidade de Corumbá. Isso feito, parte-se para a conclusão do trabalho, com a síntese e o delineamento de propostas aos objetivos supracitados.

---

## 2. Procedimentos metodológicos

Para que se galgassem os objetivos do presente trabalho, quais sejam o confronto entre as atividades de empreendimentos de economia solidária da cidade de Corumbá e os grupos de pescadores artesanais da localidade, fez-se necessário realizar uma viagem *in loco*<sup>3</sup>, mediante a qual foram feitas observações participantes, anotações e entrevistas filmadas com os atores-chave para a explanação do tema.

Assim, quanto aos fins delineados, a pesquisa pode ser classificada como “pesquisa exploratória e descritiva”, posto que, conforme expõe Vergara (2005), há meios de confrontar tipos de pesquisas distintos, uma vez que as etapas para o estudo de um dado tema não são compartimentadas e estanques. No referido caso, a pesquisa exploratória cumpre o fim de analisar, *in loco*, os atores-chave para a elucidação do tema, pois não há um farto material documentado acerca do mesmo. Não obstante, a pesquisa descritiva elucida as características do fenômeno observado, bem como dos atores.

No que tange aos meios de investigação, trata-se de pesquisa documental, bibliográfica e estudo de caso. Ainda de acordo com Vergara (2005, p. 48), “a investigação bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas”. Objetivou-se, ao entrar em contato com os materiais disponíveis ao público em geral, conhecer o referencial teórico acerca do tema que se pretendia estudar, de modo que se criassem subsídios para a elaboração das perguntas que seriam aplicadas nas entrevistas filmadas.

A investigação documental foi realizada em bibliografia especializada nos temas de desenvolvimento local e empreendimentos de economia solidária, bem como em sítios da internet, onde se obteve também algumas características culturais e socioeconômicas da cidade de Corumbá, de modo que se criasse uma noção das especificidades da cidade que seriam observadas na visita *in situ*.

---

<sup>3</sup> Dentro dos esclarecimentos que este trabalho se presta a fazer acerca da temática da economia solidária e desenvolvimento local, a expressão *in loco* é sinônimo de “na localidade”.

Não obstante, ante os meios utilizados, a pesquisa se classifica como um estudo de caso. Conforme preconizado por Yin (2005, p. 32) um estudo de caso constitui-se em “uma investigação empírica que investiga um fenômeno no seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Foram pesquisados quatro empreendimentos de economia solidária na cidade de Corumbá: a Organização Não Governamental Instituto Homem Pantaneiro; a Associação de Mulheres Organizadas Reciclando o Peixe; a Associação Não Governamental Casa do Massabarro e o Projeto Social Ladrilho-Hidráulico. São projetos que, direta ou indiretamente, se relacionam com o grupo de pescadores artesanais e suas famílias, de modo que aí é que se encontra a vinculação que se tenciona analisar neste trabalho, sendo de fundamental importância a observação dos agentes em seu contexto de relações mútuas. Para tanto, foram colhidas filmagens dos gestores dos projetos supracitados, passando à transcrição dos dizeres de cada um, com consequentes anotações, com o escopo de que não se percam elementos importantes para as discussões acerca dos objetivos do trabalho.

Quanto aos protocolos de pesquisa empregados, que se constituem em elementos norteadores da coleta de dados e condução da pesquisa por parte do pesquisador, cumpre ressaltar que, para Yin (2005), há a emergência de observarem-se três grandes itens: a visão geral da pesquisa, o procedimento de campo e as questões do estudo de caso. Em face da relevância de tais itens, há o seu respectivo detalhamento um pouco mais depurado nos subtópicos seguintes:

### **2.1 A visão geral da pesquisa**

A visão geral da pesquisa resume-se em analisar as atividades, o processo de organização e a relevância dos empreendimentos de economia solidária já consolidados na cidade de Corumbá, confrontando as ações desenvolvidas por cada um com os anseios dos pescadores artesanais urbanos, que constituem grupo expressivo e são marginalizados ante o baixo valor agregado ao produto de seu trabalho (no caso, do pescado *in natura*) e a falta de organização dos agentes do setor.

Cumpre destacar, contudo, que este estudo é fruto de um projeto de pesquisa intitulado “Percepção dos pescadores artesanais urbanos da cidade de Corumbá (MS) com relação à atividade turística”, financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul — FUNDECT/MS —, sob a tutela da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — PROPP/UFMS.

### **2.2 Procedimentos de campo**

Nesta fase do protocolo de pesquisa, cumpre explicar os procedimentos, os planos e as estratégias esboçadas pelo pesquisador para a coleta de dados e observação dos elementos essenciais à elucidação do tema que se pretende estudar. Inicialmente, foram feitas pesquisas em acervos bibliográficos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, de modo que se obtivesse alguma noção do conceito de desenvolvimento local e do fragmentário teórico acerca da economia solidária e seus desdobramentos no século XXI, no atual estágio de evolução do sistema capitalista.

De posse de tais dados secundários, procedeu-se a uma ampla pesquisa em sítios da internet, na qual se objetivou levantar os dados socioeconômicos e culturais da cidade de Corumbá, a relação dos empreendimentos de economia solidária já consolidados na cidade e as ações e parcerias que os mesmos desenvolvem com o grupo de pescadores artesanais urbanos da localidade, que compreendem, pois, sujeitos importantes da pesquisa. Tal etapa constituiu-se de extrema valia, uma vez que, com os dados levantados, arrolaram-se os elementos essenciais a serem observados na visita *in loco*.

Desse modo, de posse de uma lista com os empreendimentos de economia solidária de Corumbá, implantados com grupos sociais os mais distintos possíveis, iniciaram-se os primeiros contatos com os gestores de tais empreendimentos, de modo que se selecionaram para a pesquisa apenas alguns, por ordem de importância para a elucidação do tema do presente estudo.

Essa etapa do processo teve início em dezembro de 2008, com a efetivação dos primeiros contatos, que foram recebidos com a devida cautela pelos gestores dos projetos, os quais acabaram cedendo as informações necessárias, uma vez que se convenceram do caráter estritamente acadêmico da pesquisa.

Logo após os primeiros contatos por telefone, a delimitação dos empreendimentos que seriam visitados e dos gestores que seriam entrevistados, procedeu-se ao agendamento das visitas, de modo que se procurou adequar os recursos disponíveis para o traslado da cidade de Campo Grande até a cidade de Corumbá, com o tempo disponibilizado pelos gestores dos projetos para responder às informações necessárias para o desenrolar da pesquisa. Após uma série de agendamentos e a necessidade de remarcações, as visitas ocorreram no mês de fevereiro de 2009.

No que tange, pois, à delimitação da amostra dos empreendimentos que seriam visitados, ressalte-se que foi não probabilística por pertinência, ou seja, foram selecionados os projetos sociais mais pertinentes para a elucidação dos objetivos do presente estudo. Conforme expõe Vergara (2005), há dois tipos distintos de amostra: a probabilística, baseada em procedimentos estatísticos, e a não probabilística. Como não se calcularam, estatisticamente, as escolhas efetuadas, o segundo tipo é o mais adequado para descrever os procedimentos adotados.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, tomando-se como base o exposto por Vergara (2005), são os indivíduos que fornecerão os dados de que se necessita para a realização da pesquisa, e, via de regra, são pessoas ligadas diretamente ao tema a ser estudado e que, por possuírem experiência no assunto em pauta, poderão contribuir mais qualitativamente para a efetividade do estudo. No referido caso, os sujeitos da pesquisa, para as entrevistas filmadas, foram os gestores e/ou organizadores dos projetos selecionados e, no que concerne aos questionários de diagnóstico aplicados entre 2006 e 2007 e que foram utilizados neste estudo, o grupo de pescadores artesanais urbanos da cidade de Corumbá.

Os instrumentos de coleta de dados constituíram-se na aplicação de entrevistas semiestruturadas, que compreendem “uma conversa iniciada por um entrevistador para obter informações de um respondente” (COOPER; SCHINDLER, 2003). Tais entrevistas foram filmadas, aplicadas aos gestores dos projetos selecionados, de modo que as respostas dos entrevistados ditavam a profundidade e o ritmo das perguntas, conforme os anseios delimitados no que diz respeito às respostas que se tencionava obter.

Ademais, foram aplicados questionários estruturados aos pescadores artesanais urbanos, entre os anos de 2006 e 2007, conforme amostra não probabilística, de modo que se objetivou aferir a forma de organização e os principais anseios desses indivíduos. No total, entrevistaram-se 159 indivíduos acerca de questões que versavam desde sua fonte de renda até a percepção da atividade turística desenvolvida na região.

Não obstante, lançou-se mão da observação direta dos agentes, utilizando-se os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade em que se nota o desenrolar dos fenômenos que se deseja estudar. Esse procedimento foi efetivado de uma maneira informal ao longo da visita *in loco* e teve como meta coletar evidências provenientes das entrevistas. Vale lembrar que as evidências observacionais são, em geral, úteis para fornecer informações adicionais sobre o tópico que está sendo estudado (YIN, 2005, p.120).

De posse de todos os dados coletados, efetivou-se a transcrição dos vídeos, com a maior brevidade possível, na tentativa de lembrar do dito e do não dito, corroborando os resultados com o tratamento estatístico dos questionários aplicados aos pescadores entre 2006 e 2007 e com as anotações feitas na visita, de modo a criar embasamentos suficientes à elucidação dos objetos do presente estudo.

### **2.3 Questões do estudo de caso**

As questões do protocolo atinentes ao estudo de caso são, em essência, os lembretes que o pesquisador deverá utilizar para lembrar-se das informações que precisam ser coletadas e do motivo para colhê-las. (YIN, 2005).

Para a elaboração das questões do protocolo, procedeu-se ao confronto do referencial teórico levantado na pesquisa bibliográfica com o delineamento das informações essenciais a serem observadas na visita *in loco*.

---

## **3. Resultados e discussões**

Em face do levantamento dos dados nas pesquisas exploratória e bibliográfica, conforme os procedimentos metodológicos já descritos, inferiram-se algumas constatações importantes, que são explanadas nos tópicos seguintes.

### **3.1 Economia solidária e o protagonismo das comunidades: conceitos e fragmentário teórico**

A sociedade contemporânea, sobretudo após a hegemonia do sistema capitalista de produção no início da década de 1990, modelou-se no binômio *capital-urbanização*, e alinhou-se celeremente à mundialização do capital, fato que contribuiu para a concentração de riqueza nas mãos de poucos, ao passo que as camadas sociais mais humildes economicamente padeceram cada vez mais com o desemprego, o aumento da pobreza e o incremento da violência.

A supremacia desse modelo possibilitou, pois, que uma minoria de pessoas e grupos tivesse acesso aos recursos básicos e essenciais disponíveis no mercado, como alimentação, saúde e segurança. Apesar disso, um grande número de indivíduos,

normalmente distantes dos grandes centros urbanos e tecnológicos, padeceu com a ausência do mínimo que lhe possibilitasse viver com dignidade. É importante destacar que esses indivíduos, via de regra, residem em comunidades pobres e carentes de infraestruturas as mais diversas possíveis.

Entende-se, pois, que o termo *comunidade* designa um grupo de indivíduos estabelecidos em uma dada localidade, os quais apresentam laços de identidade entre si e com o ambiente onde residem. Tais laços são decorrentes, por exemplo, de algum grau de parentesco, proximidade geográfica de moradias ou posicionamento político dos atores. Via de regra, associa-se à comunidade certa fragilidade, uma vez que se pressupõe que os indivíduos a ela pertencentes são interdependentes entre si e, assim, não podem exercer a individualidade, atributo extremamente caro da filosofia capitalista moderna.

Ander-Egg (1980, p. 45) lança luz nessa questão de definição do termo e assevera que comunidade é:

*um agrupamento organizado de pessoas que se percebem como unidade social, participam dos mesmos interesses, objetivos e funções comuns, com consciência de pertencimento, situado em uma determinada área geográfica, na qual há uma pluralidade de pessoas que interagem mais intensamente entre si que em outro contexto.*

Dessa maneira, a comunidade é o local em que se evidencia a intensidade e o grau de afinidade dos atores, de modo que representa um contraste com as formas desiguais de apropriação do capital pelos indivíduos. Nas sociedades modernas, conforme explicita Coriolano (2008), as comunidades representam uma crítica ao modo de vida moderno que prometeu respostas à humanidade e, contudo, produziu profundas desigualdades sociais, colocando a liberdade e a igualdade em plano metafísico. Ante tal fato, não se deve pensar nas comunidades como um entrave ao exercício da liberdade por parte dos indivíduos, mas como uma alternativa de organização para o atendimento de seus anseios, negligenciados pelo atual estágio de globalização e evolução do sistema capitalista.

Iniciativas de desenvolvimento local devem embasar-se, pois, nas especificidades das comunidades e de seus atores. Contudo, os empreendimentos de economia solidária devem ter na comunidade seu público-alvo e, assim, devem utilizar os recursos da localidade e os laços de identidade dos indivíduos em prol deles mesmos.

Os projetos de economia solidária, nesse viés, não devem ser confundidos com meras formas de assistencialismo para os excluídos do sistema. Eles devem incitar os atores do local a buscar soluções para o seu dia a dia de forma coletiva; a preocupar-se em estimular a convivência humana em detrimento do relacionamento visando, única e simplesmente, à acumulação; além de fomentar a solidariedade em lugar do consumismo burguês, que é a tônica do mundo globalizado cada vez mais interligado.

Conforme Souza (2008), a economia solidária, contemporaneamente, vem ganhando destaque e ditando os debates acerca das estratégias de combate ao desemprego, de incentivo à geração de renda e, sobretudo, de fomento às ações políticas que visem ao combate da chamada “vulnerabilidade social”.

No Brasil, as discussões teóricas acerca da economia solidária iniciaram-se na década de 1980, mas é nos idos de 1990 que ganha corpo em face do surgimento dos “excluídos do sistema”. Em 2003, o fomento a empreendimentos de economia solidária ganhou *status* de política governamental em virtude da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No âmbito acadêmico, percebe-se também relativo engajamento, uma vez que houve mobilizações e discussões acerca da temática em tela, principalmente após a implementação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares — Rede Universitária de ITCPs.

No âmbito prático, os projetos de economia solidária são vistos rotineiramente sob a forma de cooperativas, associações e organizações não governamentais (ONGs), que, além de buscarem atender aos anseios econômicos de seu público-alvo, cumprem o fim de servir às necessidades humanas, com a socialização dos recursos disponíveis e a igualdade entre todos, com as decisões tomadas democraticamente.

Assim, observa-se que a economia solidária é um campo de estudo extremamente fértil e que vem ganhando relevância com o passar dos anos, já que tenciona a igualdade de direitos e oportunidades entre os indivíduos.

A seguir, tomando-se como base as definições supracitadas, apresentam-se alguns projetos de economia solidária, implantados na cidade de Corumbá, e as suas respectivas especificidades, a fim de que se elucidem elementos importantes para a explanação dos assuntos que este trabalho se propõe a refletir.

### 3.1.1 Empreendimentos de economia solidária da cidade de Corumbá

Conforme determinado nos procedimentos metodológicos, houve a seleção de alguns projetos de economia solidária da cidade de Corumbá que seriam visitados, bem como dos gestores que seriam entrevistados para que se conseguissem os dados imprescindíveis ao delineamento, mesmo que superficial, das ações desenvolvidas por cada empreendimento. Desse modo, arrolaram-se quatro projetos: a Organização Não Governamental Instituto Homem Pantaneiro; a Associação de Mulheres Organizadas Reciclando o Peixe; a Associação Não Governamental Casa do Massabarro e o Projeto Social Ladrilho-Hidráulico.

Todos os projetos são tipificados como empreendimentos de economia solidária uma vez que, cada qual com sua característica peculiar, visam a atender aos anseios dos indivíduos moradores da cidade de Corumbá e adjacências, distante 434 quilômetros de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, que carece de certas infraestruturas não comumente disponíveis em cidades interioranas, como museus, cinema e empregos no setor de serviços, que é limitado, uma vez que a cidade se embasa, economicamente, no setor primário.

Ressalte-se que, por localizar-se na fronteira entre Brasil, Paraguai e Bolívia, Corumbá apresenta grupos sociais os mais variados possíveis, originados pelas migrações de povos de ambas as localidades citadas, com culturas extremamente distintas. Ademais, há outros grupos, como o de pescadores, que, assim como boa parte da população da cidade, apresenta baixa renda, o que constitui campo fértil para iniciativas de fomento de projetos de economia solidária.

No que tange à caracterização dos empreendimentos estudados, o Instituto Homem Pantaneiro — IHP — é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do pantanal por meio de ações que conservem os capitais natural, social, cultural e histórico. Para cumprir sua missão, o IHP promove ações nas áreas de desenvolvimento sociocultural e histórico-cultural, de meio ambiente e desenvolvimento de base, com o auxílio técnico e financeiro da Vale, do Ministério da Cultura, da Orquestra Sinfônica Brasileira e demais parceiros em projetos específicos.

No programa de desenvolvimento sociocultural do IHP, foi criada, em 2005, a escola de artes *Moinho Cultural Sul-Americano*, que tem como escopo fornecer a crianças brasileiras e bolivianas aulas de dança, música e línguas. No fim de oito anos, que é o ciclo pedagógico estipulado, os participantes do projeto serão considerados bailarinos ou musicistas, uma vez que receberão um certificado comprobatório das atividades que desenvolveram. Assim, o projeto, além de fornecer base cultural aos indivíduos, profissionaliza-os para que, sozinhos, concorram para a geração de suas rendas.

Além disso, o IHP fomenta outros projetos, como o *Vale informática*, que proporciona à comunidade aulas de informática e cidadania; o *Ponto de cultura*, que fornece aulas de gastronomia e de corte e costura para os indivíduos em geral; a *Casa Brasil*, que é um espaço comunitário que privilegia a formação e a capacitação em tecnologia aliada a cultura, arte, entretenimento e participação popular; além do projeto *Ecodesenvolvimento*, que contribui para o despertar de novas competências dos pescadores artesanais da cidade, de forma que os mesmos possam organizar-se e contribuir para a melhoria da situação econômico-social.

Já a Associação de Mulheres Organizadas Reciclando o Peixe é uma entidade socioambiental, fundada em 2003, que produz artesanato em couro de peixe com base no aproveitamento do pescado. Há, nesse ínterim, parcerias com pescadores artesanais da localidade, que fornecem o couro do peixe e demais subprodutos essenciais ao funcionamento da associação, que conta com 14 mulheres associadas, as quais são, a grande maioria, esposas de pescadores ou praticantes diretas da atividade de pesca.

A associação em voga conta com o incentivo econômico-técnico da Rio Tinto Mineradora; mas, a maioria é gerida pelos recursos do trabalho das próprias associadas. De alguns meses até o presente momento, a associação logrou expandir seus meios de divulgação dos trabalhos para locais distantes de Corumbá, o que contribuiu para o incremento das vendas e a geração de renda para as mulheres do projeto, e conseqüentemente, divulgou as potencialidades da região.

No que se refere à Associação Não Governamental Casa do Massabarro, ressalte-se que é uma entidade fundada em 1982 e que tem como escopo proporcionar às crianças do bairro Cervejaria, que é um local da cidade de Corumbá tipicamente habitado por pescadores e demais indivíduos de baixa renda, um contato com a arte em cerâmica, de modo que possam dispor de alguma ocupação nos tempos em que não estão na escola e, além disso, profissionalizar-se em algo que lhes possa gerar renda.

A Casa do Massabarro, como se pôde constatar na observação participante, carece de infraestrutura física para atender os garotos que participam do projeto, e, além disso, necessitam de acompanhamento psicopedagógico, e os participantes, de modo a auxiliá-los

nos seus anseios mais urgentes, cumprindo assim o fim social que a casa se destina a perseguir. Dos projetos analisados, este é o que apresenta pouquíssimas parcerias para desenvolver suas ações e sustenta-se com a renda proveniente do artesanato fabricado e vendido.

Por fim, o Projeto Social Ladrilho-Hidráulico é uma cooperativa que visa a fabricar, artesanalmente, ladrilhos, de modo que, com a venda dos materiais produzidos, haja um incremento na renda dos cooperados. De tempos em tempos, há uma espécie de curso preparatório de ‘ladrilheiros’ que tem como objetivo ministrar aulas a jovens de baixa renda da cidade de Corumbá e adjacências para inseri-los na prática de produção de ladrilhos artesanais.

O projeto supracitado recebe o apoio econômico-técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN —, que também demanda os materiais produzidos para que sejam utilizados, muitas vezes, em restaurações de prédios arquitetônicos antigos. Por via de regra, os alunos que se identificarem com o curso preparatório são inseridos na cooperativa e já passam a trabalhar em prol da geração de renda mútua decorrente dessa forma de organização.

Em suma, os projetos supracitados possuem uma forma de organização já consolidada na cidade de Corumbá e contribuem, cada qual com sua parcela de importância, para minorar os problemas sociais da localidade, que são grandes, sobretudo no que tange à disparidade de renda entre os indivíduos.

Logo, são ações que visam ao desenvolvimento do local, tanto com o fomento das potencialidades turísticas e culturais da região, quanto com o atendimento dos anseios diversos dos indivíduos. Para lançar um pouco mais de luz acerca dessa questão, no tópico seguinte discute-se um pouco mais sobre o conceito de desenvolvimento local, seus pré-requisitos e benefícios para a localidade que é alvo de ações intensivas nessa temática.

### **3.2 Desenvolvimento local**

O termo *desenvolvimento local* começa a surgir com mais veemência, sobretudo no âmbito acadêmico-científico, a partir dos idos de 1980, como política pública que visa a promover, em uma dada região, o dinamismo econômico em conjunto com um incremento na qualidade de vida da população. Como o próprio termo sugere, é protagonizado em escala local, ou seja, pauta-se na organização dos indivíduos de uma dada localidade para, juntos, fomentarem as potencialidades da mesma. Dessa feita, diz-se que é um processo de *desenvolvimento endógeno*, ou seja, parte do local para o global, e não em sentido inverso, como sempre ocorria até então.

Nesse sentido, é preciso destacar que, até o fim da década de 1970, o processo de desenvolvimento que vigorava era aquele que negligenciava as consequências ecológicas do crescimento econômico, bem como as resultantes das atividades econômicas na qualidade de vida da população. Em suma, a busca incessante pelo capital (leia-se lucro) era sinônima de desenvolvimento. Com o passar dos tempos e com o advento das mazelas, sobremaneira sociais, do fenômeno de globalização, houve a necessidade de uma mudança de paradigmas no trato dos recursos econômicos, uma vez que a preservação ambiental tornou-se algo imperativo e as comunidades, que são grupos coesos que gozam de um grau de identidade, passaram a organizar-se em prol da constituição de um capital social que

lhes possibilitasse enfrentar as falhas de alocação de recursos do capitalismo em seu estágio mais avançado. Nesse sentido, noções de sustentabilidade, atividade que não compromete os recursos naturais e humanos das regiões, passaram a ser a tônica dos processos de desenvolvimento.

É importante salientar que a definição de desenvolvimento local, muito embora incorpore princípios humanistas, é diferente da concepção de desenvolvimento humano, uma vez que engloba características integrativas que visam ao protagonismo da comunidade, como um todo, em detrimento do simples combate a formas de pobreza, isoladamente, conforme se tipifica o desenvolvimento humano. Porém o conceito genérico de desenvolvimento local pode ser introduzido em diferentes cortes territoriais. Assim, o desenvolvimento municipal, por exemplo, é uma forma de desenvolvimento local, e caracteriza-se por uma delimitação geográfica fruto de uma divisão político-administrativa do território.

Portanto iniciativas de desenvolvimento local podem originar-se em um bairro, município ou até em um país inteiro, desde que os indivíduos pertencentes à localidade, detentores de características e objetivos comuns, se organizem em prol do protagonismo da região em que residem, bem como a favor da melhoria de sua qualidade de vida.

No Brasil, verifica-se que, numa perspectiva histórica, os estudos que enfocam o protagonismo do local começam a ganhar destaque durante a formulação da Constituição Federal de 1988, período em que se iniciam reflexões sobre descentralização de políticas públicas, poder da localidade, necessidade de integração de projetos sociais e econômicos que beneficiem a maioria da população e, também, a construção de um projeto político que promova o verdadeiro desenvolvimento humano.

Conforme Ávila (2000), isso implica o desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade, no sentido de ela mesma, com colaboração de agentes externos e internos, tornar-se apta a agenciar e gerenciar os seus potenciais visando a solucionar seus problemas, suas necessidades e aspirações.

Quando se trata desse tema no Brasil, é interessante ressaltar um projeto denominado BNDES<sup>4</sup> — Desenvolvimento Local com Cooperação Técnica do PNUD<sup>5</sup> — cujo objetivo é formular e executar ações que levem em conta as vocações locais e permitam a construção de processos de desenvolvimento cujos resultados beneficiem a maioria da população, promovendo a inclusão social por meio de mobilização, organização, capacitação técnica e execução de projetos de natureza socioeconômica. Há um cuidado com o acompanhamento do processo e a avaliação permanente dos resultados obtidos no decorrer das ações.

Nota-se que, nessa nova proposta, a participação popular ganha papel de destaque, não devendo restringir-se a envolvimento esporádicos ou ser vista como uma metodologia para a sensibilização popular. Talvez seja esse o maior desafio a ser enfrentado. Portanto participativo não é o processo que garante a participação, mas aquele que a promove e a ela atribui seu funcionamento, encontrando as melhores soluções para os problemas; afinal, as soluções macroeconômicas nacionais e internacionais são limitadas, pois não levam em

<sup>4</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

<sup>5</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

conta as condições locais extremamente diversificadas que só são identificadas pelas pessoas que com elas convivem.

Em resumo, em face do exposto, o conceito de desenvolvimento local é entendido aqui como aquele definido pelos recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais de localidades e territórios delimitados, com economias de escalas e potencialidades não exploradas, além de uma forte identidade compartilhada, conforme expõe Zapata (2006). Nesse ínterim, a concepção de desenvolvimento local considera o desenvolvimento social, o ambiental, o cultural e o político, ou seja, o desenvolvimento em escala humana (CLAXSTON, 1994). A teoria do desenvolvimento local integra essas dimensões, uma vez que não é possível anular a interdependência existente entre elas (ZAPATA, 2006). Em virtude disso, é imprescindível fomentar iniciativas que promovam melhorias conjuntas nos capitais humano, social, natural, além do econômico-financeiro, de modo que, assim, haja subsídios para o protagonismo da localidade.

No que tange aos empreendimentos de economia solidária, ressalte-se que eles concorrem de forma singular para fomentar iniciativas de desenvolvimento local, uma vez que, dado o momento em que os indivíduos passam a ser donos dos meios de produção que lhes garantam a subsistência, numa cooperativa ou associação, por exemplo, há a desvinculação dos meios exploradores sob os quais o capitalismo se montou e sob os quais eles, via de regra, padeciam.

Ademais, os projetos de economia solidária, com base em iniciativas que propiciam à população amplo e irrestrito acesso à cultura, que é um recurso extremamente inacessível àqueles mais carentes de recursos financeiros, protagonizam a observância do desenvolvimento em escala humana, que é um dos pré-requisitos para o desenvolvimento local e mais abrangente.

Na visão de Coriolano (2008), a implementação de empreendimentos de economia solidária, com a conseqüente autonomia que dão aos indivíduos, faz com que eles próprios planejem ações de modo a torná-los independentes e construtores de uma identidade regional que modifica a organização territorial de municípios, bairros ou comunidades, contribuindo, assim, para o fomento das potencialidades, tanto humanas quanto naturais, da região, e fomentando, pois, o desenvolvimento da localidade.

Dessa maneira, cedições dos benefícios advindos da implementação de empreendimentos de economia solidária para o desenvolvimento local, há que se analisar os anseios do grupo de pescadores artesanais, que são um dos sujeitos da pesquisa, de modo que se possam correlacionar suas principais demandas básicas com os projetos já implantados na cidade de Corumbá, com vistas ao desenvolvimento da localidade.

### **3.3 Pescadores artesanais urbanos e suas especificidades quanto à possibilidade de iniciativas de desenvolvimento local**

Corumbá é uma cidade que, em virtude de seus recursos naturais com vastos rios piscosos, tem na *atividade pesqueira profissional*<sup>6</sup> uma das principais fontes de renda para vários

<sup>6</sup> Por *atividade pesqueira profissional* entende-se aquela praticada por indivíduos que dispõem de licença oficial para pesca. Logo, denota-se que a grande maioria desses indivíduos tem na atividade pesqueira sua principal fonte de renda e, não obstante, goza dos benefícios advindos da política de pesca em vigor, como a percepção de auxílio financeiro em época de piracema.

indivíduos que realizam a chamada pesca artesanal, uma vez que utilizam equipamentos com baixo poder de predação, bem como baixo nível tecnológico incorporado, como a canoa de um pau, a linhada de mão ou as boias com anzóis.

Muito embora a pesca artesanal seja considerada economicamente menos rentável em comparação com a pesca amadora turística, que apresenta maior valor agregado em suas atividades, é ela quem abastece o mercado local. Assim, a figura do pescador é tradicional na região, uma vez que a população mantém laços de confiança e reciprocidade nas relações mercantis com os produtos da pesca. Ademais, considera-se o pescador, com seus hábitos atrelados aos recursos naturais, símbolo de uma região que tem, no rio Paraguai e no Pantanal, seus principais meios de divulgação e de constituição de uma identidade local.

A expansão da pesca amadora turística, com o incremento do fluxo de pessoas na região com o intento de explorar os recursos naturais de que ela dispõe, provocou intensas mudanças comportamentais no grupo de pescadores, especialmente no que tange à sua subsistência. A concorrência com os pescadores amadores no que concerne à captura de peixes provocou uma redução nos estoques do pescado existente nos rios, o que, aliado às vastas demandas do setor turístico pesqueiro por serviços os mais diversos, fez com que considerável contingente de pescadores abandonasse a pesca artesanal e se dedicasse, mesmo que de forma esporádica e não exclusiva, a atividades ligadas ao turismo pesqueiro, como o exercício da função de “piloteiro”, conduzindo e guiando os turistas na pesca esportiva amadora.

Isso representa, notadamente, mero paliativo às demandas dos pescadores por melhores rendas, uma vez que os ‘ocupa’ em períodos de alta temporada turística e, ademais, não constitui oportunidades para grande parte dos pescadores profissionais, que ficam à margem desse processo. Petreire *et al.* (1993) julgam ser a transformação do pescador em mão de obra especializada para o turismo de pesca um verdadeiro desrespeito a seu modo de vida e visão de mundo.

Nesse sentido, é preciso citar que, neste trabalho, não se faz apologia ao ‘isolacionismo’ dos pescadores, de modo que eles não participem da atividade turística. Muito pelo contrário. Os pescadores devem, sim, estar inseridos na atividade do turismo, que apresenta potencialidades de geração de renda muito superiores à atividade de pesca artesanal, mas esse processo deve ser sustentável, aliado ao desenvolvimento humano dos pescadores, à preservação dos recursos naturais da região e à perpetuação da cultura desses indivíduos. O turismo de pesca amadora, nesse sentido, não oferece essas perspectivas.

Ressalte-se, no viés supracitado, que a pesca artesanal é uma manifestação cultural de uma série de indivíduos que a pratica; assim, eles se identificam com hábitos associados a essa atividade, como acordar cedo, preparar os instrumentos para a pesca e seguir para o rio, conforme tradição, via de regra, incorporada de gerações passadas. Assim, deve-se pensar em alternativas que visem ao atendimento dos anseios desse grupo, mas que, concomitantemente, preservem seus hábitos e suas manifestações culturais.

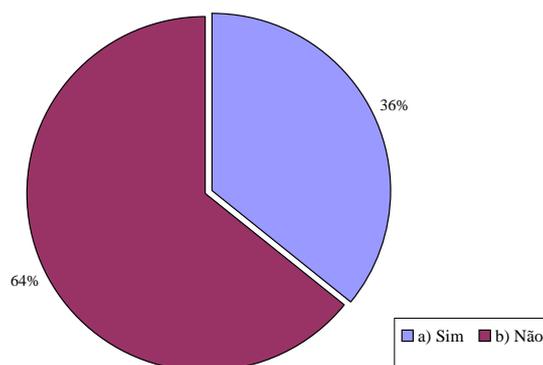
Em pesquisa realizada entre esses pescadores artesanais, foram aplicados 159 questionários estruturados entre os anos de 2006 e 2007, com o intento de aferir a percepção desses indivíduos quanto a uma série de fatores, como o turismo. Dos pescadores entrevistados, 102 (ou 64%) afirmaram que não dispõem de outra fonte de renda estranha à pesca artesanal. No extremo oposto, 57 pessoas (ou 36% do total) alegaram que possuem outra

fonte de renda, mas que, em virtude de seus hábitos já consolidados, ainda se dedicam à atividade pesqueira.

O gráfico abaixo traz uma ilustração acerca dos dados apresentados:

**Gráfico 1: Composição da renda dos pescadores artesanais da cidade de Corumbá**

POSSUI OUTRA FONTE DE RENDA, FORA A PESCA ARTESANAL?



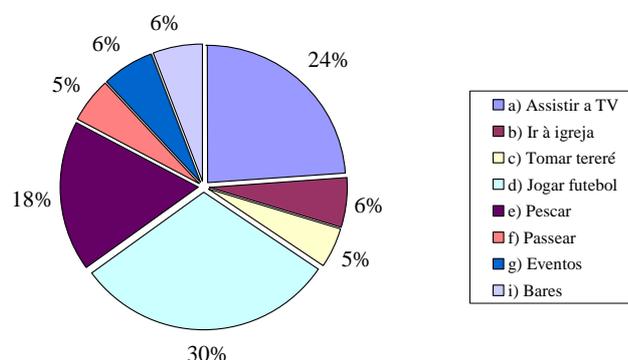
Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelos autores.

Evidencia-se, pois, que a pesca, para os indivíduos pesquisados, cumpre o fim de geração de renda, mas também é considerada como expressão cultural e atividade que gera prazer, dado que, mesmo para aqueles que possuem outra fonte de renda, a pesca ainda se constitui como o principal ofício. Corroborando tal constatação, há o fato de que, indagados quanto às atividades que desenvolvem nas horas de lazer, 24% dos pescadores responderam que assistem à TV; 6%, que vão à igreja; 5%, que tomam tereré — uma bebida tradicional na região; 30%, que jogam futebol; 5%, que passeiam pelos arredores da cidade; 6%, que vão a eventos; 6%, que frequentam bares; e 18% (ou 30 entrevistados), que vão pescar. Ressalte-se que, nessa indagação, os pescadores poderiam responder mais de uma alternativa, tomando-se como base as que estavam elencadas no questionário estruturado.

O gráfico abaixo elucida os resultados obtidos, de uma forma mais sistemática:

**Gráfico 2: Composição das atividades de lazer praticadas pelos pescadores artesanais da cidade de Corumbá**

#### ATIVIDADES QUE OS PESCADORES DESENVOLVEM NAS HORAS DE LAZER



Fonte: Dados da pesquisa elaborada pelos autores.

Dessa feita, há, comprovadamente, uma cultura arraigada na comunidade de pescadores, de modo que o exercício da pesca é, para eles, importante e cotidiano, uma vez que, mesmo nas horas de lazer, eles se dispõem a pescar. Entretanto, há que se analisar algumas vicissitudes do comportamento do grupo de pescadores que impossibilitam um maior protagonismo deles quanto ao atendimento, de moto próprio, de seus anseios.

Em primeiro lugar, não há, na cidade de Corumbá, uma associação coesa e participativa que vise a organizar o processo de comercialização do pescado e a atender os pescadores em suas necessidades básicas. Assim, muitos profissionais ficam à mercê dos chamados 'atravessadores' — indivíduos que compram o pescado diretamente do pescador e o vendem, mediante um processamento prévio ou não, ao consumidor final, muitas vezes em cidades distantes de Corumbá.

Outra questão é a falta de união dos pescadores artesanais. Não há nenhuma iniciativa endógena, ou seja, proveniente do próprio grupo de pescadores, que vise a uma maior organização dos indivíduos em prol da agregação de valor ao produto final de seu trabalho. Conforme os questionários aplicados, 28% dos pescadores não pertencem a nenhuma associação, e, dos associados, a grande maioria distribui-se em projetos com objetivos díspares e muitas vezes inócuos.

Ademais, outro entrave para iniciativas de maior organização dos pescadores é a morosidade e passividade deles. Pelo fato de, em época de piracema, todos os pescadores profissionais serem assistidos por auxílios governamentais, muitos se acomodam com meras situações de assistencialismo, e não vão em busca de melhores condições sociais e de geração de renda, o que representa uma situação de letargia que atravanca iniciativas de desenvolvimento local.

Por oportuno, saliente-se que são gritantes e urgentes ações que visem a agregar renda aos pescadores artesanais. Conforme Albuquerque (2001), no que tange à renda desses profissionais, verificou-se que 45% dos pescadores recebem menos de um salário mínimo por mês, cerca de 36% recebem dois salários, 9%, três salários e apenas 4% contam com quatro salários ou mais.

Nesse sentido, são importantes algumas proposições de ações que busquem um maior envolvimento dos pescadores artesanais nos empreendimentos de economia solidária já implementados na cidade de Corumbá, para que se crie uma sinergia de atividades que visem a uma melhoria nas condições socioeconômicas desses indivíduos.

---

#### 4. Conclusões

Corumbá é uma cidade em que, dadas as suas especificidades naturais e locais, se observa a manifestação de representações culturais as mais variadas possíveis: desde a culinária até o sotaque. Parte do fervor cultural é proveniente do fato de que a localidade é limítrofe com dois países distintos (Paraguai e Bolívia), e as pessoas de ambos os lugares transitam livremente de uma área para outra carregando consigo suas características e contribuindo para o turbilhão de culturas e hábitos que é a região em voga.

Não obstante, há grupos que têm suas origens alicerçadas na região de Corumbá, como o de pescadores profissionais artesanais, que se veem intimamente ligados aos recursos naturais da região e à piscosidade do rio Paraguai, que a circunda. Mesmo assim, são pessoas que também manifestam suas tradições culturais, as quais estão intimamente atreladas à atividade que praticam, de modo que essa questão carece de ser respeitada, ao contrário do que se vem observando há algum tempo, principalmente nas atividades desenvolvidas pelo turismo de pesca.

Via de regra, o grupo de pescadores profissionais artesanais é constituído por número expressivo de indivíduos que apresentam baixa renda e condições sociais precárias de vivência, uma vez que o pescado proveniente dessa atividade pouco mecanizada apresenta baixo valor agregado, de modo que há a emergência de iniciativas que visem a atender aos anseios, tanto econômicos quanto humanos, desse contingente de pessoas.

Nesse viés, entram os empreendimentos de economia solidária, que apresentam campo fértil para implementação de ações em Corumbá, em face do grande número de grupos de baixa renda que há na cidade. Tais projetos são importantes meios de fomento a iniciativas de desenvolvimento local, uma vez que incitam a formação de laços de identidade entre os atores de uma dada comunidade, que, mediante incentivos, devem tornar-se aptos a agenciar e gerenciar os recursos de que dispõem, sejam naturais, humanos ou tecnológicos.

No caso específico dos pescadores profissionais artesanais, ante os conflitos que eles têm em seu próprio meio, há a emergência da constituição de um grupo coeso, que pode originar-se por meio da identificação de um líder nato, perspicaz e comprometido com os anseios do grupo, a fim de que uma cooperativa seja estruturada e gerida e os pescadores não mais passem a depender dos atravessadores para escoar suas produções.

Ademais, há a emergência de ações que tenham como escopo agregar valor ao produto dos pescadores. Nesse sentido, uma proposta interessante são as ações do projeto de economia solidária *ecodesenvolvimento*, do Instituto Homem Pantaneiro, que há algum tempo vem implementando algumas propostas, como oficinas de artesanato e culinária, para que pescadores e suas famílias tenham alternativas de geração de renda, sobretudo em época de piracema. Há também o fator ‘agregação de conhecimento’ aos indivíduos, o que é extremamente importante na constituição de capital humano na comunidade.

Além disso, existe a possibilidade de fomento de uma gama maior de produtos a serem utilizados pelo *Projeto Amor Peixe* que, como visto, produz artesanatos por meio da utilização do couro do pescado. Os pescadores, mediante capacitações técnicas em culinária e artesanato promovidos pelo projeto ecodesenvolvimento, poderiam atuar nesse projeto em concomitância com os demais existentes, de modo a incluir no calendário da cidade um festival de mostra de artesanatos tendo como base os subprodutos do pescado e divulgando, na mesma oportunidade, a gastronomia da região, que é vastíssima e tem no peixe um de seus principais ingredientes. Nesse viés, há que se almejar a produção de bens ecologicamente corretos, que é uma das demandas atuais.

Não obstante, no que tange ao projeto social *Ladrilho-Hidráulico*, ressalte-se que é um meio indelével de profissionalização e agregação de conhecimento aos filhos dos pescadores, que constituem considerável número entre os alunos integrantes das oficinas de ‘ladrilheiros’. Essa iniciativa é, pois, importante, uma vez que visa a dar novas possibilidades de ocupação às novas gerações, dado que muitos adolescentes não tencionam seguir a profissão dos pais na pesca artesanal, principalmente por julgarem ser um serviço desgastante e mal remunerado.

A Casa do Massabarro, por seu turno, carece de melhor atenção por parte, sobretudo, do Poder Público e da sociedade civil, uma vez que são escassos os recursos que lá aportam e, ademais, a casa sobrevive com a renda dos próprios associados. Poderiam, nesse ínterim, ser incitadas iniciativas que visem a divulgar os trabalhos produzidos (que são conhecidos majoritariamente no âmbito local) e diversificar os mesmos, fato este que poderia ter, nos subprodutos de peixe, alguma matéria-prima para prováveis criações.

Por fim, vale citar que as alternativas mencionadas, que buscam relacionar os anseios dos grupos de pescadores com as atividades dos empreendimentos de economia solidária, só serão possíveis a partir do momento em que os próprios pescadores, por iniciativa endógena, começarem a organizar-se e garantir representatividade, por intermédio da constituição de um grupo coeso e unido, para clamar por melhorias em suas condições de vida.

Ressalte-se que aqui não se faz alusão ao abandono, por parte dos pescadores, de suas atividades de pesca. Muito pelo contrário. Propõem-se algumas medidas que têm como objetivo incrementar as suas rendas e garantir-lhes as necessidades sociais, de modo que a pesca deve até ser incentivada por tratar-se de uma manifestação cultural que sobrevive há tempos.

Essa é, em suma, a tônica do desenvolvimento local, que prevê a relevância da localidade pelos próprios atores que nela estabelecem relações de poder. O segredo está na construção de sinergias comuns entre os indivíduos e não em iniciativas segregacionistas, conforme se pautou o desenvolvimento até então. Os empreendimentos de economia solidária, nesse viés, são de ímpar relevância, uma vez que se prestam a essas questões.

---

## Referências

ALBUQUERQUE, F. F. **Pesca no Mato Grosso do Sul: regulamentação e sustentabilidade**. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, 2001.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Metodología y Práctica del Desarrollo de la Comunidad**. 10. ed. Tarragona: Editorial Universitária Européia, 1980.

AVILA, V. F. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupos e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.

CLAXTON, Mervyn. **Decênio mundial para el desarrollo cultural 1988-1997**: Cultura y desarrollo. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070S.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O Turismo Comunitário e a Economia Solidária no Ceará. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 2., 2008. **Anais...** Fortaleza, NETTUR/UECE, 2008. p. 1-18.

PETRERE, M. *et al.* **Comentários sobre a situação atual da pesca no Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 1993.

RAFFESTIN, Claude. O que é território. In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-63.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In:\_\_\_\_\_; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.15-20.

SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katál**, Florianópolis, vol. 11, n.º 1, p. 53-60, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAPATA, Tânia. **Estratégias de desenvolvimento local**. São Paulo: Coordenadoria de Assistência Técnica do Governo do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc\\_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvime nto%20Local.pdf](http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvime nto%20Local.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2009.